

CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL

Aviso de licitação

Pregão Eletrônico nº 015/2022 – Registro de Preços

O CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede em Pelotas (RS), na Rua Andrade Neves, nº 2077, andar 6 torna público que realizará **Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Global por Lote, para Registro de Preços para Confecção e Implantação de sinalização turística e interpretativa em formato de PINs**, para 19 municípios, por meio do site <www.bll.org.br>.

As propostas devem ser cadastradas no site mencionado até às 8 horas do dia 05/10/2022 e a sessão pública de lances terá início às 10h.

O Edital está à disposição dos interessados na sede da Entidade e nos sites:

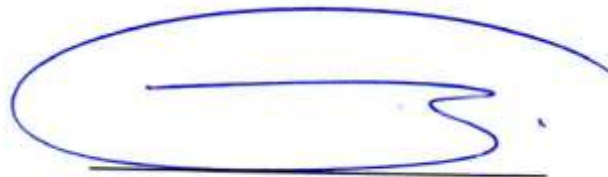
consorcioextremosul.org

www.bll.org.br

Maiores informações pelo e-mail:

administracao@consorcioextremosul.org

Pelotas, 15 de agosto de 2022.



MARCO ANTÔNIO BARBOSA
Prefeito Municipal do Chui
Presidente do Consórcio Público do Extremo Sul

CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL - COPES

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022

OBJETO: O objeto do presente licitação é a seleção de propostas visando o registro de preços, por meio de pregão Eletrônico, para fornecimento referente a **Confecção e Implantação de sinalização turística e interpretativa em formato de PINs** conforme especificações constantes no Anexo I do edital, para atender as necessidades dos municípios, durante o período de doze meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

Presidente do Consórcio Público Do Extremo Sul, no uso legal de suas atribuições estatutárias, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, por meio de utilização e recursos de tecnologia da informação – INTERNET, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE, para seleção de preços referentes à contratação de pessoa física ou jurídica, conforme o objeto e nas condições previstas neste edital e seus anexos, regendo-se pelas seguintes normas em especial: a Lei Federal 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal 8.666/1993, o Decreto Federal 7.892/2013, a Lei Complementar 123/06, o Decreto Federal 5.450/2005, o Decreto Federal nº 8.538/2015 e as Resoluções.

1. JUSTIFICATIVA

O Consórcio Público do Extremo Sul, como um consórcio metropolitano, visa colaborar com os municípios da região na busca de alternativas conjuntas para os problemas comuns que são apresentados anualmente. A entidade foi criada com o propósito de ampliar o diálogo entre os municípios, com um espaço para debates e decisões políticas capazes de representar os interesses dos consorciados, promover a cooperação e buscar soluções para problemas comuns. Com este objetivo, visando uma padronização, maior agilidade e economicidade para os municípios da região, está elaborando um registro de preços, por meio de pregão eletrônico, para **Confecção e Implantação de sinalização turística e interpretativa em formato de PINs**, de acordo com o termo de referência.

Outrossim, considerando também a necessidade que sejam elaborados com agilidade e de maneira homogênea para cada município, buscando a eficácia e não possuindo o risco de ser apresentados produtos diversos com produções e qualidades diferentes, a presente licitação será realizada por meio de lote único.

Para tanto, encaminhamos o presente expediente para proceder ao processo licitatório para **Confecção e Implantação de sinalização turística e interpretativa em formato de PINs**, aos municípios que compõe este processo.

2. Fazem parte do Presente Processo Licitatório os seguintes Municípios – COPES:

- Arambaré
- Arroio do Padre
- Arroio Grande
- Barra do Ribeiro
- Camaquã
- Canguçu
- Cristal
- Dom Feliciano
- Jaguarão
- Mariana Pimentel
- Morro Redondo
- Pelotas
- Piratini
- RioGrande
- Santa Vitoria do Palmar
- São Lourenço do Sul
- Sertão Santana
- Tapes
- Turuçu

Este Pregão destina-se a selecionar as propostas mais vantajosas para aquisição dos Confecção e Implantação de sinalização turística e interpretativa em formato de PINs para os Municípios mencionados no item anterior, mediante contratos a serem celebrado diretamente com o Consórcio e licitante vencedor, conforme prevê o artigo 112, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 17 da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

QUANTIDADE DE PINS NA REGIÃO
Região Turística da Costa Doce Gaúcha

| | |
|--------------------------------|------------|
| ARAMBARÉ | 4 |
| ARROIO DO PADRE | 6 |
| ARROIO GRANDE | 15 |
| BARRA DO RIBEIRO | 23 |
| CAMAQUÃO | 19 |
| CANGUÇU | 10 |
| CRISTAL | 4 |
| DOM FELICIANO | 2 |
| JAGUARÃO | 17 |
| MARIANA PIMENTEL | 17 |
| MORRO REDONDO | 6 |
| PELOTAS | 20 |
| PIRATINI | 4 |
| RIO GRANDE | 10 |
| SANTA VITÓRIA DO PALMAR | 10 |
| SÃO LOURENÇO DO SUL | 8 |
| SERTÃO DANTANA | 3 |
| TAPES | 10 |
| TURUÇU | 4 |
| TOTAL DE PINS NA REGIÃO | 192 |

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- a. Até 02 (dois) dias úteis, da data para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, devendo protocolizar no portal de que ocorrerá o processo licitatório, o pedido à autoridade competente, cabendo à mesma decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- b. O pedido deverá ser apresentado por escrito e protocolado ao portal que ocorrerá o processo licitatório. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4. PARTICIPAÇÃO

- a. Poderão participar desta Licitação as Empresas do ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, que atenderem a todas as exigências do presente Edital e seus Anexos e estiverem devidamente cadastradas e credenciadas junto ao Órgão Provedor do Sistema, por meio do site: <www.bll.org.br>.
- b. Para participar do certame, o licitante deve, também, estar apto a operar o campo próprio do Sistema Eletrônico do pregão e proceder ao registro das propostas eletrônicas de preços, até o momento anterior à abertura da Etapa de Lances, estabelecido neste edital.

4.1 Não será permitida a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

4.2 Não será admitida a participação de empresas:

- a. Em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- b. Que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93;
- c. Que não operem regularmente no País.
- d. De empresas em cujo objeto social não figure clara e expressamente a atividade pertinente ao objeto da licitação.
- e. De empresas coligadas ou com identidade total ou parcial de sócios de servidor ou dirigente do Consórcio ou dos Municípios interessados na licitação.

4.3 Somente poderão participar desta licitação as empresas do ramo pertinente ao objeto da licitação que satisfaçam as condições contidas neste Edital.

- a. Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público;
- b. Suspensas de participar de licitações;
- c. Estejam em processo de falência ou recuperação judicial;
- d. Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- a. O licitante deverá credenciar-se no Sistema “Pregão Eletrônico”, por meio do site <www.bll.org.br>.
- b. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação ao licitante e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.
- c. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante, ou de seu representante, e a presunção de sua habilidade ou capacidade técnica para as operações específicas do sistema, necessárias à área de ação das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- d. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Consórcio promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- e. Os licitantes devem operar o sistema por si ou por representante credenciado, que não poderá exceder de um (1) para cada lote do pregão.
- f. A representação no certame se fará por procuração, comfirmar e conhecida, ao agente credenciado, com poderes específicos para atuar no Pregão Eletrônico, apresentando propostas inclusive por meio de lances.

6. PROPOSTAS DE PREÇO

- a. A participação no Pregão dar-se-á, inicialmente, pelo cadastramento da(s) proposta(s) de preço no Sistema Eletrônico, com a utilização da senha privativa do licitante ou de seu representante.
 - i. Os licitantes que pretendam usufruir do tratamento diferenciado e favorecido, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os requisitos legais para enquadramento ou qualificação como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, conforme

artigo 3º, e que não se encontram alcançadas por qualquer das hipóteses previstas no § 4º, do mesmo artigo da referida Lei Complementar.

- ii. A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta ou a sua qualificação como ME ou EPP, sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação mencionada neste Edital e nas demais normas pertinentes à matéria.
- b. A proposta de preços será elaborada e apresentada eletronicamente no sistema próprio, em formulário específico, no prazo estabelecido no caput deste edital, e conterá:
 - a. As especificações do produto, estritamente de acordo com o solicitado no Edital e seus Anexos;
 - b. o valor unitário do item;
 - c. o valor total dos itens,
 - d. o valor global do lote.
 - c. Os preços serão propostos em moeda corrente nacional e em algarismos, com o máximo de duas casas decimais depois da vírgula; neles devem estar incluídos ou computados, necessariamente, todos os encargos do fornecedor, como transporte, seguro, tributos e contribuições, obrigações sociais, trabalhistas, previdenciários, além de outros custos de qualquer natureza;
 - d. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
 - e. O caráter público e transparente da sessão, além da publicidade inerente ao sistema, é assegurado pelo acompanhamento presencial dos trabalhos por qualquer um do povo e, especialmente, por representantes dos Municípios integrantes do Consórcio.
 - f. O licitante (ou seu representante) acompanhará as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do Pregão.
 - g. Serão desclassificadas as propostas eventualmente em desacordo com exigências deste Edital. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada, com registro no sistema, para acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - h. Os preços contidos nas propostas ou lances são determinados para vigência por doze meses, conforme estabelece a lei, contado da data de fechamento do pregão do lote, com o acolhimento da proposta de menor preço.

7. FORMULAÇÃO DE LANCES

- a. A Sessão Pública de Lances terá início com a divulgação, pelo Pregoeiro, das propostas dos licitantes, por lote. A Sessão será realizada na Sede do Consórcio Público do Extremo Sul - RS, localizada na Rua Andrade Neves, nº 2077, andar 6. Contato pelo telefone (53) 981154948
- b. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes visualizarão, em tempo real, os valores dos lances registrados, vedada a identificação do seu autor.
- c. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, por lote.
- d. O Pregoeiro poderá promover, no sistema, a licitação de apenas um lote por vez ou de vários lotes simultaneamente, ampliando ou diminuindo o número de lotes sobpregão, segundo as conveniências do procedimento.
- e. Em cada lote, somente será aceito lance cujo valor seja inferior ao de menor preço já efetuado e registrado no sistema.
- f. Quando o proponente apresentar preço acima do valor de mercado, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta.**
- g. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da fase competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances.
 - i. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
 - ii. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez (15) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá início somente após a comunicação expressa aos participantes.
- h. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contra propostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance com menor valor total, bem como decidir sobre a sua aceitação.
- i. Depois de encerrada a fase de lances, com o julgamento formal das propostas pelo Pregoeiro, os licitantes não poderão desistir de suas propostas, nos termos dos lances efetuados, salvo se tiver havido erro evidente, a critério do pregoeiro, sob pena de sujeitarem-se às sanções previstas na legislação pertinente.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS APÓS ENCERRAMENTO DA DISPUTA

- a. A classificação das propostas válidas será feita pelo critério do **menor preço global** por lote; será considerada vencedora, na fase de lances, a proposta de menor preço por lote respectivo, efetuando-se o registro dos lances dos demais

proponentes, por ordem de classificação. O julgamento se dará pelo valor global do lote, entretanto é obrigatório sob pena de desclassificação que seja apresentado na planilha de preços os valores de cada unitário e total de cada item dos lotes, para eventual aquisição parcial ou de reposição avulsa de todo e qualquer item.

- b. Entendendo o Pregoeiro que o valor do fechamento do lote não cobre os custos de fornecimento do objeto da licitação, promoverá diligência para examinar se a proposta é viável.
- c. Na hipótese supra, será dada oportunidade ao licitante para, no prazo de 2 (dois) dias, comprovar a vantagem econômica da transação, sob pena de desclassificação da proposta. Em caso de desclassificação de proposta, o Pregoeiro procederá ao exame daquela com classificação imediata para, se for o caso, proclamá-la vencedora na fase de lances.
- d. A proposta vencedora ajustada ao lance, juntamente com os documentos exigidos para habilitação, originais ou cópias autenticadas, deverá estar protocolada no Consórcio, na cidade de Pelotas/RS, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da divulgação do julgamento, em envelope lacrado e rubricado pelo proponente, de modo a assegurar a sua inviolabilidade, sob pena de desclassificação, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

AO CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES.

Rua Andrade Neves nº 2077, andar 6

Pelotas,RS

CEP Nº 96020-080

(A/C Pregoeiro)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022 – REGISTRO DE
PREÇOS PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE
HABILITAÇÃO NOME DA EMPRESA LICITANTE – CNPJ**

- e. A proposta deverá estar devidamente assinada pelo titular ou procurador da empresa, desde que anexada, neste último caso, a respectiva procuração, com poderes específicos.
- f. A critério do Pregoeiro, o prazo acima poderá ser prorrogado, desde que não haja prejuízo ao interesse público.
- g. Após a análise das propostas de preço dos documentos de habilitação amostras e laudos da proponente vencedora, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do lote, abrindo prazo para eventuais recursos.

9. HABILITAÇÃO DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- a. A comprovação da habilitação do licitante vencedor será efetuada mediante apresentação dos documentos adiante especificados, em original ou cópia autenticada por Tabelião, ou serventuário designado, os quais devem acompanhar a proposta de preço.

9.1 Documentos para a Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo - estatuto social, contrato social ou a sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na Junta Comercial – e no caso de sociedades por ações, estatuto social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

9.2 Documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito, expedida pela Delegacia da Receita Federal.
- c) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante.
- d) Certidões que comprovem a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.3 Documentos para a Qualificação Técnica:

- a) (E.1) Certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público (administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta) ou privado que comprovem a aptidão do licitante para o fornecimento do objeto desta licitação, que deverá(ão) atestar o fornecimento anterior com 10% (dez por cento), em características, quantidades, com o objeto do certame, indicando o local, natureza, volume, quantidades e outros dados característicos dos fornecimentos.

9.4 Documentos para a Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do último exercício social, já exigíveis e apresentáveis na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, indispensável ao cumprimento das obrigações contratuais respectivas, vedada a sua substituição por balancete ou balanço provisório, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta. Estes documentos devem conter, além da assinatura do Contador responsável, a assinatura do representante legal da empresa.
- b) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo foro competente da sede da empresa.

9.5 Outros Documentos Necessários à Habilitação:

- a) Declaração do licitante, sob as penas da lei, de que existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação no certame.
- b) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02;
- c) Declaração de Idoneidade;
- d) Termo de Adesão ao Sistema de Registro de Preços do Consórcio (anexo III) .

A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art.42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no ato da habilitação, declaração, firmada por contador, sob as penas da lei, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- a. Caberá recurso nos casos previstos na legislação pertinente, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.
- b. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante quer sejam revistos pelo Pregoeiro.
- c. O licitante que manifestar a intenção de recurso e sendo a mesma aceita pelo Pregoeiro, disporá ele do prazo de três (3) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, que ficarão desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.
- d. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na

- decadência do direito de recurso e na possibilidade de adjudicação do objeto ao licitante vencedor.
- e. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
 - f. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
 - g. Não serão conhecidos os recursos intempestivos, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.
 - h. Decairá do direito de impugnar administrativamente o procedimento licitatório o licitante que, aceitando os em objeção, venha, depois do julgamento, apontar-lhe falhas ou irregularidades, hipótese em que qualquer impugnação não será recebida como recurso.
 - i. - A hipótese do item anterior não afasta o poder-dever do Consórcio de revisar seus próprios atos, se eivados de vício que os tornem ilegais.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- a. Havendo renúncia expressa do direito de recorrer do julgamento das propostas, decorrido o prazo de recurso sem interposição ou julgados os recursos interpostos, o Pregoeiro submeterá o resultado do Pregão à autoridade competente para sua homologação.
- b. Homologado regularmente o resultado do certame, a autoridade competente adjudicará formalmente o objeto da licitação (registro dos preços) aos licitantes vencedores.
- c. Procedida a homologação, a autoridade competente do Consórcio enviará aos Municípios integrantes do processo o resultado da licitação e a cópia do ato ou atos de homologação, com vistas à posterior celebração dos contratos.

12. DO PRAZO DE ENTREGA

- a. Em até 30 dias úteis depois da ordem de fornecimento.

13. DO PAGAMENTO

- a. O pagamento do objeto do Contrato pelo Contratante será efetuado em 15 (quinze) dias úteis, contados da formalização do recebimento definitivo dos produtos pelos Municípios, efetuada a necessária e prévia liquidação da despesa. Sua implementação se fará mediante Crédito em Conta Corrente Bancária, indicada pelo fornecedor.
- b. Não será efetuado qualquer pagamento ao fornecedor/Contratado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de

penalidade administrativa ou inadimplemento contratual.

- c. Havendo erro na NotaFiscal/Fatura, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será susinado, até que o Contratado adote as medidas saneadoras necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas dos vencimentos, sem qualquer ônus para o Município Contratante.
- d. O município se obriga a efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados na Ata de Registro de Preços, seus aditivos e contrato;
- e. O município estará sujeito ao pagamento de multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato nos casos em que os valores devidos a empresa contratada não sejam devidamente adimplidos na forma acordada.

14. CRITÉRIOS DE REAJUSTE

- a. O valor do contrato poderá ser reajustado somente depois de decorridos 12 (doze) meses, tendo como base o índice anual do IPCA-E, ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

15. DAS PENALIDADES

- a. Pelo inadimplemento das obrigações, seja a condição de participar do Pregão ou de Contratado(a), as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
 - a)** deixar de apresentar a documentação exigida no certame durante o contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
 - b)** manter comportamento inadequado durante o contrato: *afastamento e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos;*
 - c)** deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
 - d)** executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
 - e)** executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
 - f)** inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 03 (três) anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
 - g)** inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar*

com a Administração pelo prazo de 05(cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

- b. As penalidades serão registradas no cadastro do(a) Contratado(a), quando for o caso.
- c. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração Municipal enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16. DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PARA CONTRATAÇÕES COM ÓRGÃOS NÃO CONSORCIADOS NÃO PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

A utilização de “carona de SRP” no processo de contratação pública Administração Pública segue rigorosamente um conjunto de regras, observando todas as etapas do processo de carona, desde o pedido de adesão do órgão requerente até a formalização do contrato a fim de atingir tal objetivo.

Por essa complexidade, pela disposição de pessoal e tecnologia para gerir as caronas, e por conta das ações necessárias para possibilitar a ação solidária das Caronas o COPES instituiu a Taxa de Administração de Caronas.

A taxa servirá para cobrir o custeio destas atividades e fortalecer o Consórcio Público do Extremo Sul, para aprimorar a comunicação entre órgãos requerentes e a empresa, utilização de sistemas de memória digital e arquivamento físico de, materiais de expediente, e demais despesas correlatas aos serviços.

O COPES também está inovando e disponibilizando uma ferramenta tecnológica para a gestão do quantitativo das caronas de registros de preços, automatizando o fluxo dos processos e das informações, dando maior transparência aos órgãos de fiscalização externa como o TCE/RS e quaisquer que sejam os interessados, buscando qualificar e aprimorar o atendimento de regras pertinentes ao fluxo de caronas do SRP, conforme estabelece o marco regulatório das compras públicas – Lei 8.666/93.

Requisitos para caronas ao registro de preços para fornecimento de itens deste edital:

- a. Somente mediante anuência do COPES, no que couberem as condições e as regras estabelecidas legislação vigente, a ata de registro poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório;

- b. Sempre que autorizado e quando efetivado este tipo de contratação, será devido ao COPES pela empresa detentora da Ata de Registros, uma taxa de administração de 2% (dois por cento) sobre o valor total da venda contratada, de acordo com a Resolução nº 015/2022 do COPES;
- c. Em contratações firmadas com os municípios associados COPES - CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL não ocorre carona e portanto não incidirá a cobrança de taxa;
- d. Será devido à taxa somente quando autorizado a carona pela empresa detentora da ata e efetivada a contratação pelo órgão aderente;
- e. Não haverá ônus financeiro aos órgãos aderentes, o pagamento da taxa ficará a cargo dos fornecedores detentores de atas do SRP – beneficiados pelas adesões;
- f. A existência de registro de preços não obriga a empresa a conceder carona e firmar contratações com outros órgãos além do COPES - CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL;
- g. O Licitante reconhece que a utilização do *sistema eletrônico de gestão de atas de registro de preços* implica o pagamento da taxa de administração.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a. É facultado, ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta;
- b. A critério dos Municípios Contratantes, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da lei nº8.666/93;
- c. A apresentação da proposta de preço simplifica na aceitação plena e total das condições deste Pregão Eletrônico, sujeitando-se, o licitante, às sanções dos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, pelas infrações neles previstas;
- d. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial por meio de e-mail.
- e. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.
- f. O Consórcio não aceitará, sob nenhuma forma ou pretexto, a transferência de responsabilidade do licitante vencedor a terceiros.
- g. Não havendo expediente no Consórcio, na data marcada, a sessão será realizada no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local;
- h. O Consórcio se reserva o direito de revogar a presente licitação, no todo ou em parte, fundamentado o ato respectivo por razões de interesse público, não cabendo, por isso, indenização de qualquer espécie aos interessados ou de anular o procedimento por razões de ilegalidade.

- i. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

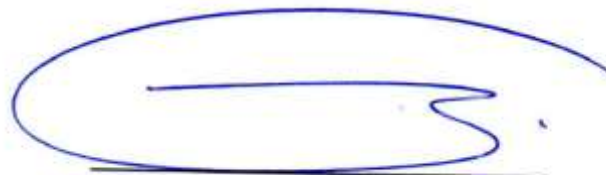
Anexos do Edital :

I – TERMO DE REFERÊNCIA;

II – PLANILHA DE PREÇOS;

III – MINUTA DE CONTRATO:

Pelotas, 15 de agosto de 2022.



MARCO ANTÔNIO BARBOSA
Prefeito Municipal do Chui
Presidente do Consórcio Público do Extremo Sul

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1) OBJETO

Implantação de sinalização turística e interpretativa em formato de PINs na entrada e em frente aos atrativos turísticos dos municípios que compõem a Região Turística da Costa Doce Gaúcha, conforme padrão e layout estabelecidos pela Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul. A instalação dos pins em seu layout e volumetria projetada, identifica e fortalece a marca, de forma que ela se torna presente, de forma física, no território, como forma de interferir positivamente na paisagem da região.

2) PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO

A pesquisa de preços de mercado, para a confecção deste Termo de Referência, foi realizada através da coleta de preços entre, no mínimo, três fornecedores do mesmo ramo de atividade, comprovadas por orçamentos levantados na localidade ou região contendo CNPJ, data, validade, endereço completo, telefone de contato, nome e assinatura do responsável.

2.1. AQUISIÇÃO DE BENS

2.1.1 Contratação de Serviço de Terceiros (Pessoa Jurídica)

VALOR DE REFERÊNCIA

| Descrição (Especificação Técnica) | Qtda | Valor Unitário | Valor Total |
|---|------|-------------------|-----------------------|
| Pin em ACM, 2m de altura x 1,2m de largura, com poste de aço e abraçadeira com instalação | 192 | 1.467,47 | 281.754,24 |
| TOTAL: | | | R\$ 281.754,24 |

3) LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

| DESCRIÇÃO (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) | UNIDADE | LOCAIS DE INSTALAÇÃO |
|---|---------|---|
| PIN EM ACM, 2M DE ALTURA X 1,2M DE LARGURA, COM POSTE DE AÇO E ABRAÇADEIRA. | 4 | Arambaré: Pórtico de Entrada, Centro Cultural INÚBIA, Terminal de Pesca e Praça do Calçadão Costa Doce. |
| | 6 | Arroio do Padre: Centro, Benjamin Constant, Cerrito, Progresso e O Brasil para Cristo Leitzke. |
| | 15 | Arroio Grande: Entrada da cidade (Locomotiva), Balneário Pontal, Balneário da Ponte, Farol da Ponta, Alegre, Ponte Carlos Barbosa, Museu da Casa da Chácara, Museu Visconde de Mauá, Igreja Matriz Nossa Sra. Da Graça, Praça Maneca Maciel, Centro de Cultura Basílio Conceição, Parque Farroupilha Nézio Brasil Teixeira, Parque Guilhermino Dutra, Distrito de Santa Isabel, Distrito de Mauá, Serra Maria da Cunha. |
| | 23 | Barra do Ribeiro: Fábrica de Gaiteiros, Secretaria de Turismo, Calçadão Central, Parque Municipal, Acampamento Farroupilha, Engenho Santo Antonio, Praia Picada, Praia Camping Municipal, Praia Recanto das Mulatas, Paradoiro Cucas, Paradoiro Sander, Auto Posto Bandeira, Posto 7, Entrada Rota Ciclo Turismo (Localidade Passo Grande), Vinícola Laurentia, Praia Quedinho, Praia Pimpim, Praia Rosa, Praia Lilian, Paradoiro Casa Rural, Entrada Rota Sítios Rurais (Localidade Cortado), Entrada Rota Caminhos Rurais (Localidade Douradilho) e Entrada da Cidade. |
| | 19 | Camaquã: Prainha Complexo Poliesportivo Rui de Castro Netto (2), Praia Barragem do Arroio Duro (2), Sítio Água Grande/Cascata Barbosa Lessa(3), Ilha Santo Antonio/Estaleiro Farroupilha, Quinta Monte Castelo (2), Altos Paraíso Vinhedos (2), Sítio Galpãozinho (2), Forte Zeca Netto, Largo da Matriz e Entrada da Cidade (3). |

| | | |
|--|----|---|
| | 10 | Canguçu: Monumento ao Colono, Praça Ermandino Rodrigues Borges, Parque Turístico Nossa Senhora da Conceição, Praça Francisco Carlos dos Santos, Tché Parque, Rampa de Vôo Livre, Ginásio Municipal, Rotatória de Acesso à Cidade da Nutriz BR 392, Rotatória de principal acesso a cidade BR 392 e Rotatória de acesso a cidade RS 265. |
| | 4 | Cristal: Paradoiro Grill, Paradoiro Cristal, Balneário Rio Camaquã e Praça Central |
| | 2 | Dom Feliciano: Cruz do Imigrante e Casa de Cultura/Imigrante ao Polônês. |
| | 17 | Jaguarão: Teatro Esperança, Museu Carlos Barbosa, Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, Igreja Imaculada, Igreja Matriz, Ponte Internacional Barão de Mauá, Orla Rio Jaguarão, Rua das Portas, Praça Alcides Marques, Mercado Público, CTG Lanceiros da Querência, CTG Rincão da Fronteira, Pórtico de Entrada, Praça Comendador Azevedo, Cemitério das Irmandades, Ruínas da Enfermaria e Clube 24 de Agosto. |
| | 17 | Mariana Pimentel: RS 711, Quinta da Costa Doce, Bem Caseiro Agroindústria, Cachaçaria Conde do Sul, Centro de Lazer Geraldo, Vinícola Cárdenas, Pousada Santa Sophia, Prefeitura Municipal, Cerro Negro, Cascata do Chicão, Cascata do Português, Casa do Mel – Família Darski, Pedra Equilibrada, Acendra Oliveiras, Cabana Salto BR, Cachaçaria Terra Dura e Fazenda Três Pinheiros. |
| | 6 | Morro Redondo: Sobrado das Plantas, Posto Gaúcho, Praça 12 de Maio, Avenida Jacarandá, Escola José Pinto Martins, Acesso BR 293. |
| | 20 | Pelotas: Quadrado - Antigo Atracadouro, Mercado Central de Pelotas, Largo de Portugal, Obelisco Republicano, Avenida Duque de Caxias – Canteiro Central, Avenida Dom Joaquim, Catedral Metropolitana São Francisco de Paula, Parque Dom Antônio Zattera, Pontal da Barra, Trapiche do Laranjal, Praça Coronel Pedro Osório, Praça do Colono, Parque Una, Bairro Quartier, Colônia de Pescadores Z3, |

| | | |
|--|----|--|
| | | Praia do Laranjal – em frente ao Shopping, Praça Aratiba – Barro Duro, Praça Vinte de Setembro, Rota das Charqueadas e Museu da Baronesa. |
| | 4 | Piratini: Trevo de acesso a RS 702, Trevo de acesso a cidade, em frente ao palanque e na Praça da Igreja. |
| | 10 | Rio Grande: Molhes da Barra, Cassino (próximo ao totem eu <3 o Cassino), Docas do Mercado, Ilha dos Marinheiros, Capilha, Catedral de São Pedro, Praça Xavier Ferreira, Praça Tamandaré – Monumento Túmulo Bento Gonçalves, Museu da Cidade Coleção Arte Sacra e Rincão da Cebola. |
| | 10 | Santa Vitória do Palmar: Paradoiro Costa Doce, Pórtico de entrada, Praça General Andréa, Porto de Santa Vitória do Palmar, Calçadão Balneário do Hermenegildo, Balneário da Praia do Chuí, Balneário Alvorada, Balneário Maravilhas, Pavilhão mais ao Sul do Brasil Barra do Chuí e CAT Barra do Chuí. |
| | 8 | São Lourenço do Sul: Praia das Ondinas, Praia das Nereidas, Praia da Barrinha, Praça Central, Arroio São Lourenço, Centro, Calçadão e Camping. |
| | 3 | Sertão Santana: Praça Lineu Pinzon, Praça Central e Parque Esportivo Municipal. |
| | 10 | Tapes: Casa de Cultura Rui de Quadros Machado, Praça André Alves Machado, Praça da Orla, Praça Ruy Barbosa/Praça Central, Camping Municipal Antônio Alfonsin Simchem, Praia da Pinvest, Praia do U, Parque Municipal de Eventos José Claudio Machado, Clube Náutico Tapense e CTG Província de São Pedro. |
| | 4 | Turuçu: Casa da Pimenta, Monumento A Roda, Sede Administrativa da Prefeitura de Turuçu e Posto Japonês. |

4) ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Para acompanhamento e fiscalização do projeto, ficarão responsáveis os técnicos representantes do

conveniente

5) CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

Além do acompanhamento da instalação por parte de cada município para determinar a localização exata do PIN em cada um dos atrativos turísticos por eles pré-estabelecidos, após o período previsto para produção e instalação dos 192 pins, no máximo até o 11º mês de vigência, a contar da data de assinatura do Convênio, os gestores percorrerão os 19 cidades integrantes do projeto para fiscalização das instalações para determinar se o material está instalado em perfeitas condições conforme a cotação

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO EDITAL 015/2022

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Andrade Neves, Nº 2077, Sexto andar, localizado no bairro do centro, inscrito no CNPJ sob nº 11.312.086/0001-04, neste ato representado pelo seu Presidente **MARCO ANTONIO BARBOSA** Prefeito Municipal DO CHUI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua, nº, Bairro..... na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo Sr (a), doravante denominada CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços do objeto abaixo descrito, que se regerá pelo disposto neste Contrato, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e legislação pertinente, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comumpertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de **Confecção e Implantação de sinalização turística e interpretativa em formato de PINs**, da Contratada pelo Contratante, projeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2022, com as estimativas de compra na vigência do Registro de Preços para o CONTRATANTE, os quais resultaram adjudicados à CONTRATADA, nos termos de suas propostas, de acordo com a ata de julgamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: O Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2022 – Registro de Preços, do Consórcio Público do Extremo Sul, a(s) Proposta(s) da Contratada, vencedora(s) na aludida licitação, e o resultado do Pregão, expresso na respectiva ata de julgamento das propostas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.

O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até doze meses, contado da data de fechamento do pregão de cada item, com o acolhimento da proposta de menor preço.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS.

O prazo de apresentação do projeto contratado será, no máximo, de trinta (30) dias úteis, contados do recebimento, pelo Contratado, da **Autorização de Compra** expedida pelo CONTRATANTE. A **Autorização de Compra** estabelecerá o local, os dias e horários de entrega dos materiais e será enviada ao CONTRATADO, de modo que fique comprovado o seu recebimento, admitidas formas eletrônicas (correio eletrônico).

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1.- O pagamento do projeto adquirido será efetuado em no máximo 15 dias, de acordo com as especificações da Autorização de Compra, que conterà, dentre outros elementos:

a) A quantificação das unidades de que trata a Autorização;

O valor unitário e o valor total da compra, relativamente ao projeto, de acordo com a proposta vencedora da CONTRATADA;

b) O valor total geral da compra objeto da Autorização.

5.2.- O pagamento da compra autorizada será efetuado pela CONTRATANTE em até 15 (dez) dias úteis, contados da formalização do recebimento definitivo dos produtos, efetuada a necessária e prévia liquidação da despesa.

5.3.- Observado o critério do empenho prévio, o pagamento será feito mediante Crédito em Conta Corrente Bancária, indicada pela CONTRATADA, cabendo ao CONTRATANTE efetuar a comprovação devida, por meio idôneo, que identifique a origem do depósito.

5.4.- No processo de liquidação da despesa oriunda deste contrato, o CONTRATANTE promoverá a comunicação aos órgãos fazendários competentes dos valores pagos à CONTRATADA e procederá, quando for o caso, às retenções tributárias devidas nos termos da legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VEDAÇÃO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os valores dos produtos objeto deste contrato são fixos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação (dotações) orçamentária(s):

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para participar do Pregão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias de correntes do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca do Município(RS), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos de Direito.

(Sede do Município), em.....

CONTRATADA

CONTRATANTE

Testemunhas:

CPF nº.

CPF nº.